

Ata da oitava reunião do Projeto Político Pedagógico (PPP)

O encontro da oitava reunião do Projeto Político Pedagógico (PPP) se deu no dia cinco de setembro de dois mil e quinze (05/09/2015) das 16h20 às 17h30 na sala 108 da unidade Leste do Cursinho Popular Mafalda. Havia 18 pessoas presentes entre educadores e estudantes. São elas: Alan Siqueira, Alessandra Ribeiro, Armando Bernardes, Bianca Gois, Danilo Farias, Gabrielle Idealli, Haun Freitas, Jeniffer Falconeri, Marina Cajado, Matheus Colli, Matheus Fernandes, Rebeca Lima, Talita Amaro, Tatiana Venâncio, Thais Portansky, Tiago Galvão, Wellington Moreira, Yasmin Gasperini.

A reunião se iniciou com a coordenadora Talita Amaro informando a pauta da reunião que compreendia:

- Formato das regras de ingresso 2016 (via sorteio), divisão e distribuição de cotas.
- Formato da divisão de turmas.
- Abertura para fala estudantil sobre problemas comuns no Mafalda e proposta de intervenção.

Colocadas as pautas, Talita Amaro pôs em discussão as cotas e suas porcentagens a fim de abrir novas propostas e colocá-las em votação. Além de 35% de cotas para pretos, pardos e índios, propôs 5% para imigrantes (ou primeira geração dos imigrantes) e 5% para funcionários da Universidade Cidade de São Paulo (Unicid) e informou a possibilidade de uso do quarto andar do Bloco G cujas salas comportam em média 120 pessoas. Logo após, deu espaço para as falas dos estudantes.

Yasmin Gasperini acredita que é importante a divisão de turmas e se disse estar ciente que anteriormente essa divisão era feita por escalonamento de nota. Coloca sua experiência de aluna do Mafalda para dizer que a escolha de turma pelos estudantes atrapalha o desenvolvimento da aula pela falta de bom senso de alguns. Assim, diz ser favorável a divisão de turma por escalonamento de nota. Em relação às cotas, diz que acha importante a interação dos alunos com outras pessoas.

Rebeca Lima concorda com a fala de Yasmin em relação à necessidade de escalonamento por nota e diz que não há como questionar a necessidade de notas.

Armando Bernardes diz que é importante a existência das cotas e sobre a divisão de turmas fala que não há muito sentido em ser por afinidade porque este não é o objetivo do curso e além de atrapalhar a aula do professor, atrapalha quem quer aprender. Diz que é necessário haver divisão por notas para ter uma aula mais interativa.

Haun concorda com o escalonamento por nota, mas não com os argumentos das falas anteriores. Diz que o escalonamento é importante para que o professor saiba o nível da turma.

Acredita que amizades são importantes para o meio social, mas o escalonamento por nota serviria ao educador para que ela saiba lidar com a turma. Em questão de cotas, propõe uma cota para pessoas trans, mas não propõe uma porcentagem.

Rebeca traz para a discussão a questão dos “chutes” por parte dos estudantes que prestam a prova e diz que uma prova dissertativa seria muito mais assertiva para uma clara identificação dos conhecimentos dos estudantes.

Talita Amaro diz que as pessoas saberão que a divisão foi feita por nota – é necessário clareza.

A educadora Marina Cajado é totalmente contra escalonamento por nota (as pessoas terem conhecimento desse escalonamento é ainda pior). Diz que a colaboração é muito importante para o desenvolvimento e que as dificuldades formais sempre refletem as dificuldades com outras coisas ou até mesmo como ela pode ajudar um colega ao trazer uma discussão. A heterogeneidade em qualquer grau é essencial. Traz à discussão as turmas que serão formadas com as pessoas com notas mais baixas, caso o escalonamento por nota seja aplicado e que ter afinidades dentro das turmas incentiva a permanência dos estudantes. Pensando nisso, propõe uma divisão aleatória das turmas e que fosse livre a mudança posterior. Diz que, como professora, não que a heterogeneidade na verdade é um benefício. É absolutamente favorável às cotas.

Jeniffer Falconeri concorda com a fala da Marina e diz que talvez as pessoas se sintam mal pelo escalonamento por nota e acredita que a mudança de turma seja importante. É favorável às cotas já propostas e faz coro à Haun sobre a necessidade de cotas para as pessoas trans.

Bianca acredita que as cotas são realmente importante tanto para a visibilidade quanto para o contato dos estudantes com todos. É a favor de cotas para trans – assim como as outras propostas por Talita. Acredita que esse é o objetivo do Mafalda. Além do ensino, focar na formação social do estudante. Sobre a divisão de turma, questiona se haveria uma prova.

Talita Amaro esclarece ao dizer que a prova seria apenas para verificação e divisão e não para método de entrada.

Marina Cajado questiona se, mesmo não sendo escalonamento por nota, não teria a possibilidade de uma prova para sondagem.

Talita diz que há, mas que o método de análise das provas deve ser pensado e acredita ser um gasto de tempo e dinheiro desnecessário.

Gabrielle Idealli diz não ser a favor de prova para sondagem, mas se houver, é importante pensar a função da prova e como ela será usada para benefício das aulas – como esquema pedagógico.

Marina coloca que se tivesse um gráfico simples já seria de benefício para as aulas e quem quisesse (algum educador ou coordenador) fazer uma análise mais profunda, estaria em liberdade para isso.

Tiago Galvão diz que a prova de sondagem é interessante para ter uma análise comparativa com o simulado do meio do ano.

Talita diz que problema não é fazer a prova, mas sim como trabalhar com os números.

Gabrielle coloca em questão quem ficaria encarregado de fazer a análise, pensando na possibilidade de ampliação do número dos estudantes.

Tiago propõe que se faça uma coleta de dados geral e que os educadores analisem os dados das turmas que dão aula.

Neste momento, há uma concordância geral.

Talita Amaro observa que os dados são complexos e precisam ter um objetivo claro para uso – uma vez que as matérias sempre são dados independente da quantidade de alunos que conhecem ou desconhecem o assunto.

Retorna-se para as falas dos estudantes.

Alessandra diz que a divisão de turmas por notas não é ideal uma vez anularia a inclusão que as cotas proporcionam e limita a questão do contato dos estudantes. Acredita que uma prova para dividir as turmas é um trabalho não necessário.

Bianca propõe, como forma de diminuição de trabalho, que as provas de sondagem sejam aplicadas somente após as divisão de turmas.

Alessandra diz ser bom haver a possibilidade de mudança de turma. Concorda com as cotas.

Matheus diz interessante ter cotas e quer ser convencido acerca das cotas para funcionários uma vez que estes se enquadrariam nas outras cotas - como a de pretos, pardos e índios.

Talita esclarece a questão. As cotas para funcionários seriam para incentivar a participação, pois, principalmente com os funcionários terceirizados, não há um conhecimento do curso e do funcionamento e até mesmo conseguir um espaço para apresentar o Mafalda.

Marina diz que a lógica da cota (qualquer cota) é o incentivo à participação e aproveita para propor que a prova de sondagem seja feita via online.

Matheus se diz contra a prova de escalonamento – pela multivariabilidade das disciplinas -, mas se diz a favor a prova de sondagem. E pensa nos dados estatísticos e nas análises possíveis de serem feitas. Diz que há programas que fariam todas as análises e que o problema maior seria a coleta de dados (dá um exemplo de programa que investiga a quantidade de pessoas que “chutaram” determinada questão).

Alan acredita que escalonamento cria segregação de “os melhores” e “os piores” e isso seria prejudicial. É a favor das cotas e propõe cota para parentes de educadores – que parece não ter adesão dos demais.

Wellington apenas concorda com as falas anteriores.

Danilo se diz a favor das cotas porque o fator histórico mostra que essas pessoas nunca tiveram oportunidade e sempre foram excluídas. As cotas são uma forma de trazê-las para sociedade e o contato com os estudantes é uma forma de abrir a mente das pessoas. É contra a divisão de turma por escalonamento pelo fator de exclusão que este traz.

Tiago diz que a mudança de turma deve ser uma possibilidade para que se evitem evasões. Favorável às cotas, contrário ao escalonamento.

Gabrielle é a favor das cotas e a contra o escalonamento por nota. Diz que a questão é sempre no como as coisas serão feitas. Ter ideias é válido, mas pensar em como aplicá-las é essencial. Acredita que o estudante deve escolher a turma em que ficará, diminuindo, assim, a necessidade de mudanças ao longo do ano. Lembra que a presença é muito importante – como será feito o controle de presença se as mudanças forem frequentes?

Matheus Fernandes concorda com as falas anteriores, concordando as cotas e discordando do escalonamento por nota.

Tatiana Venâncio também concorda com as falas anteriores.

Talita diz que há a possibilidade de fazer uma prova de sondagem online (com o uso dos laboratórios da Unicid), facilitando a coleta de dados.

Neste ponto, entra-se em regime de votação.

- Cotas: PPI (pretos, pardos e índios) – 35%, imigrantes – 5%, funcionários da Unicid – 5%, pessoas trans – 5%.

- Favoráveis à cota: unanimidade.

- Divisão de turmas: aleatoriamente ou escalonamento por nota.

- Aleatoriamente: 14

- Prova: 1

- Abstenção: 1

Talita Amaro diz que é necessário entrar em pauta das próximas reuniões a postura docente – atribuição de responsabilidades de educadores e estudantes. E diz aos estudantes que eles precisam trazer pontos para discussão e sugerir pautas para futuras reuniões do PPP de acordo com as necessidades estudantis.